

Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL IIª série #17 Jun. 2012

dossiê

ARQUEOLOGIA DE TERRITÓRIO

Tábua | Alto Ribatejo
Bacia Hidrográfica do Douro | Nisa
Cabo Espichel | *Bracara Augusta*

Esqueletos ou Cadáveres?
a compreensão dos processos
de decomposição cadavérica

O Povoado Pré-Histórico de Leceia
vinte anos de escavações arqueológicas

O Naufrágio da Nau
Nuestra Señora del Rosario
(Tróia, 1589)

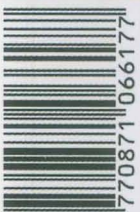
Preço: 10 €

40 anos



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



9 770871 066177



FIG. 1 – Fotografia aérea oblíqua da plataforma ocupada pelo povoado pré-histórico, evidenciando-se as três linhas defensivas, barrando o lado de mais fácil acesso. Note-se a evidente articulação entre a topografia pré-existente e a implantação no terreno do dispositivo defensivo.

Em inícios de 1983, a área de interesse arqueológico encontrava-se em fase de degradação acelerada. Pouco tempo antes, um dos proprietários tinha aberto, com retroescavadora, numerosas alas para o plantio de árvores; outro, tinha construído um redondel de madeira para touzadas, perfurando em numerosos locais o terreno para a fixação da estacaria, pondo à vista, no meio das terras remexidas, inúmeros artefactos pré-históricos; mais grave ainda, a estação corria o risco de desaparecer totalmente, caso fosse aprovado, pela Câmara Municipal de Oeiras, um projecto geral de urbanização então submetido para apreciação, afectando a área arqueológica, loteando-a na sua totalidade. Tais factos resultavam, em parte, da indefinição oficial da verdadeira área de real interesse arqueológico. Com efeito, dado que jamais ali se haviam feito escavações, o único elemento de trabalho disponível afigurava-se de aplicação, no mínimo, discutível: tratava-se da planta publicada por Carlos Ribeiro, em 1878, na qual se considerava como área arqueológica não apenas a plataforma do moinho da Moura (ou do Pires), mas também toda a extensa cumeeada onde se implanta a actual povoação de Leceia, sendo, conseqüentemente, de aplicação irrealista; na verdade, apesar de o povoado pré-histórico de Leceia se encontrar classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 45 327, de 23 de Outubro de 1963, a classificação não tinha sido acompanhada da adequada delimitação da área classificada, contribuindo para a indefinição que só prejudicava a efectiva protecção da estação.

2. VINTE ANOS DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS: 1983-2002

Importa observar que poucos ou nenhuns arqueólogos conhecedores do local antes do início das escavações acreditavam, nos inícios da década de 1980, na existência de estratigrafias e, muito menos, na conservação de estruturas arqueológicas em Leceia: isso justificou que, não obstante o seu fácil acesso e a boa documentação conservada, tanto no Museu Nacional de Arqueologia, como no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal, jamais ali se tenham efectuado trabalhos arqueológicos: para a formação de tal convicção muito terá contribuído a presença, em numerosas áreas da plataforma onde se instalou o povoado pré-histórico, de extensas bancadas de calcários cretácicos aflorantes à superfície do terreno, desmotivando assim os investigadores.

Contudo, a extraordinária abundância de materiais colhidos no solo, sobretudo depois das lavras anualmente ali então realizadas, impunha a realização de escavações, conducentes, primeiro, à determinação da real importância arqueológica da estação e, depois, caso aquela se confirmasse, à sua efectiva delimitação no terreno. Importava, além disso, agir com rapidez. A elevada pressão urbanística sentida em toda a área periférica da cidade de Lisboa e a situação criada na envolvência e no próprio local, a que acima se fez referência, não se compaginavam com atrasos de actuação.

Para o efeito, foi subscrito pelo signatário, em Janeiro de 1983, um Projecto de Investigação ao então IPPC, interessando apenas esta estação pré-histórica, o qual, uma vez aprovado, permitiu dar início aos trabalhos de campo, realizados em Agosto daquele ano. Nesta primeira campanha, escavou-se uma área de 32 m², que actualmente se situa no núcleo do antigo povoado pré-histórico, entre a segunda e a terceira linha de muralhas. Destes trabalhos, resultou a demonstração, não apenas da existência de estratigrafia, nítida e bem conservada, mas também a sua relação com duas fases de ocupação distintas, caracterizadas pelos respectivos materiais, bem como a presença de estruturas arqueológicas, relacionadas com cada uma delas. Estava, deste modo, demonstrada a efectiva importância científica de Leceia, justificando o alargamento da área escavada, através de uma exploração em extensão, que, vinte anos volvidos de campanhas anualmente efectuadas – em Agosto de 2002 efectuou-se a vigésima e última do ciclo iniciado em 1983 –, ascendia a mais de 11 000m².

A realização de tão prolongado programa de trabalhos – um dos mais ambiciosos realizados em Portugal numa única estação arqueológica – permitiu, pela primeira vez no nosso país, a exploração integral de um vasto povoado calcolítico, demonstrando-se deste modo a sua importância excepcional, tanto do ponto de vista científico como patrimonial, situando-a entre uma das estações mais relevantes para o conhecimento da génese das sociedades complexas calcolíticas peninsulares. Com efeito, identificaram-se quatro fases culturais e cinco fases construtivas, com início no Neolítico Final e *terminus* no Calcolítico Pleno, coincidente, na sua parte final, com a eclosão do “fenómeno” campaniforme. Os resultados desses extensos trabalhos foram apresentados em sucessivas monografias e artigos científicos, publicados em Portugal e no estrangeiro. A relevância científica da sequência estratigráfica definida – a qual foi possível relacionar, por um lado, com a sequência construtiva e, por outro, com o respectivo conteúdo artefactual e com a cronologia absoluta, conferindo-lhe uma dimensão cronológico-cultural de indiscutível relevância –, foi, aliás, reconhecida recentemente como “a mais usável da Península”, em recente artigo publicado na revista *Zephyrus*, da autoria de Victor S. Gonçalves, em 2000-2001.

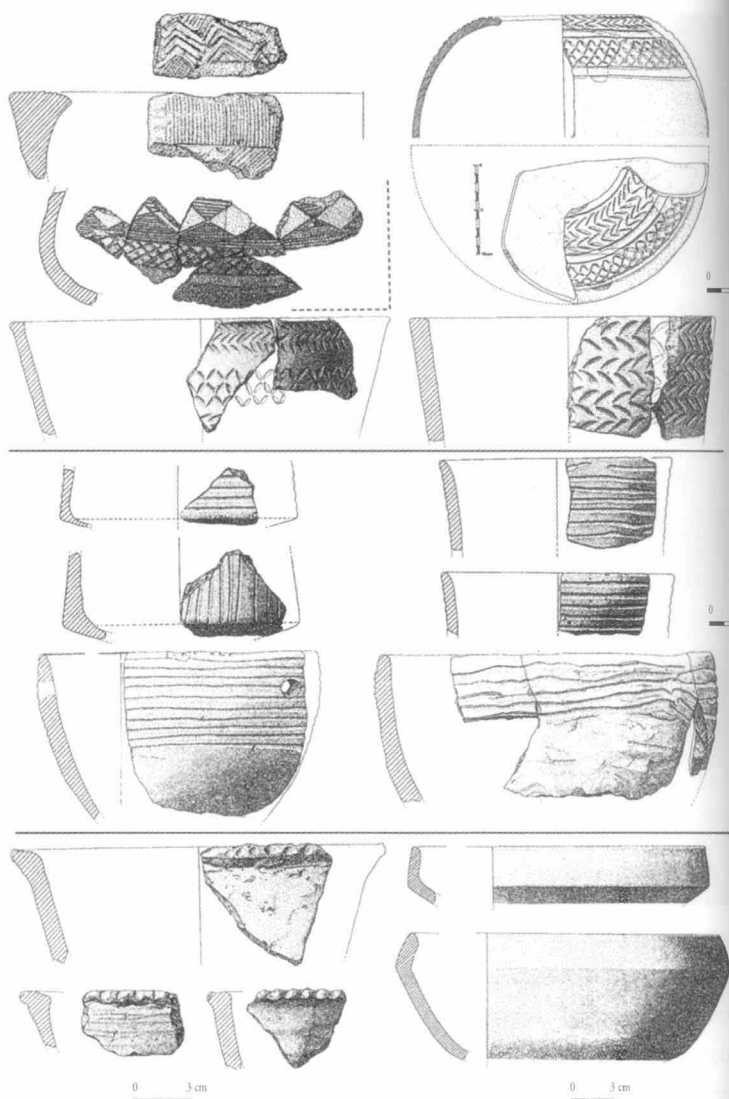


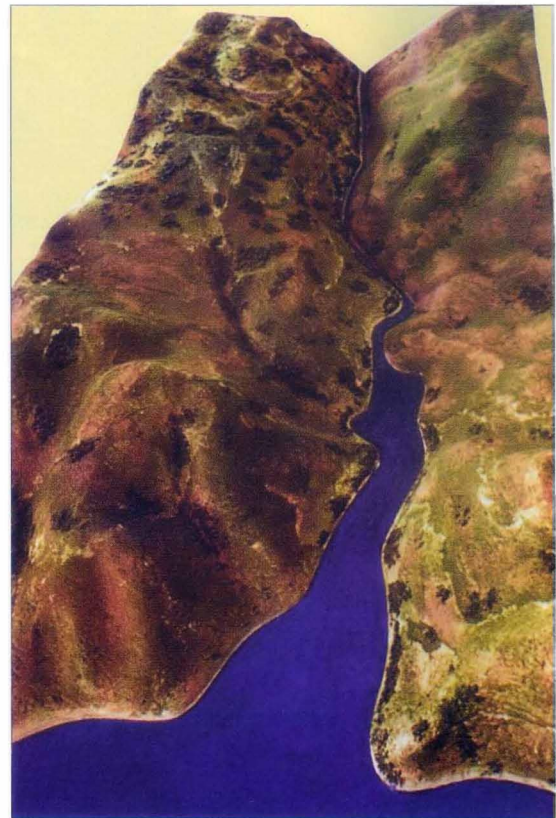
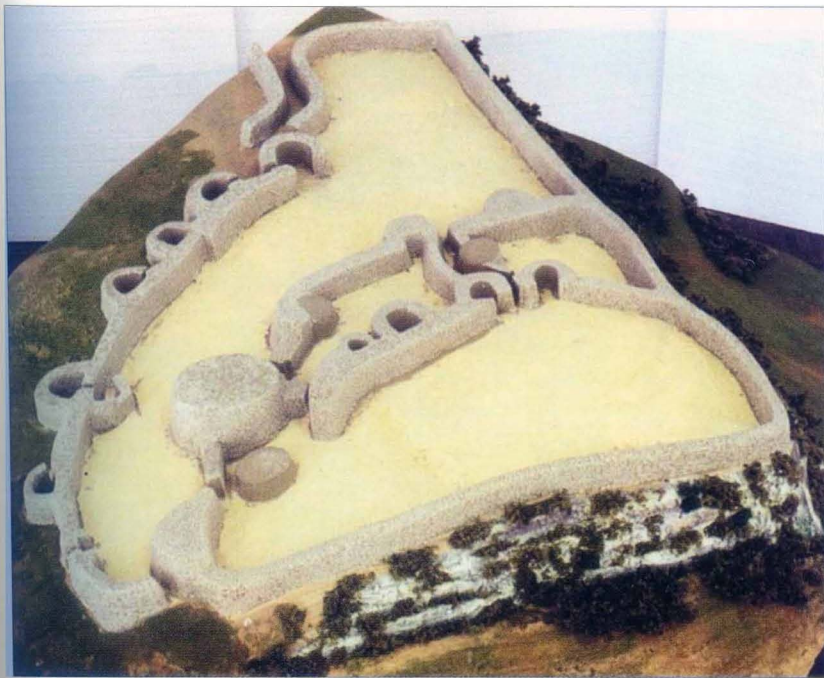
FIG. 2 – Cerâmicas decoradas características das sucessivas fases culturais identificadas em Leceia. Em baixo: vasos de bordo dentado e recipientes carenados, do Neolítico Final (Camada 4, Fase Cultural 1).

Ao centro: taças e “copos” com decorações caneladas, do Calcolítico Inicial (Camada 3, Fase Cultural 2).

Em cima: recipientes com decorações em “folha de acácia” e “crucífera”, do Calcolítico Pleno (à direita), coexistentes, na fase final, com cerâmicas campaniformes, decoradas a pontilhado ou incisões (à esquerda) (Camada 2, Fase Cultural 3).

O NEOLÍTICO FINAL

Resumidamente, poder-se-á dizer que a primeira fase cultural corresponde ao estabelecimento de um vasto povoado aberto, sobre a plataforma rochosa de Leceia; qualquer que seja o local investigado onde a escavação tenha descido até ao substrato geológico, ocorre uma camada castanho-avermelhada – Camada 4 – directamente assente sobre aquele, com abundantes materiais do Neolítico Final, caracterizados particularmente pelas produções cerâmicas, onde avultam os vasos de bordos denteados, típicos da Estremadura, associados a recipientes carenados, definindo um conjunto artefactual que foi identi-



FIGS. 3 E 4 – À direita, modelo tridimensional do vale da ribeira de Barcarena, à época de ocupação do povoado pré-histórico de Leceia, situado em último plano, no topo da encosta direita. Note-se a ampla enseada então existente, correspondente à confluência com o estuário do Tejo (actualmente ocupada pela zona baixa de Caxias e Laveiras). Escala original de 1/2000, com sobre-elevação de 2,5 vezes.

Em cima, modelo reduzido simplificado do dispositivo defensivo. Note-se a existência, do exterior para o interior, de três linhas defensivas, fechando progressivamente a plataforma delimitada dos outros dois lados por escarpa natural, nalguns trechos com mais de dez metros de altura.

ficado, pela primeira vez, em estratigrafia, no povoado da Parede, e ali devidamente valorizado por Konrad Spindler, em 1976. Em Leceia, a maioria dos materiais encontra-se em posição derivada, preenchendo as zonas mais deprimidas do substrato geológico, onde naturalmente se acumularam. Tal significa que terá existido uma etapa de abandono do povoado, entre os finais do IV milénio a.C. e os inícios do milénio seguinte, com a consequente erosão do terreno e a remobilização de sedimentos dentro da antiga área habitada. Esta fase cultural encontra-se representada por uma única fase construtiva, correspondente a pequenos segmentos de muretes rectilíneos, de carácter habitacional, nalguns casos directamente sobrepostos pelas estruturas defensivas do Calcolítico Inicial, adiante referidas.

A ocupação do Neolítico Final corresponde a época situada entre o último quartel do IV milénio a.C. e os inícios do III milénio a.C., conforme foi determinado pelos resultados de diversas análises de radiocarbono realizadas.

O CALCOLÍTICO INICIAL

Sucedese outra camada – a Camada 3 –, constatante com a anterior pela coloração amarelada, formada provavelmente à custa dos derrubes da parte superior das estruturas defensivas (muralhas e bastiões), certamente de adobe, bem como da argamassa que os revestia. Nesta camada, de matriz argilosa, abundam materiais cerâmicos característicos do Calcolítico Inicial da Estremadura, com destaque para os bem conhecidos “copos”, pela primeira vez descritos em 1958 por A.

do Paço em Vila Nova de São Pedro, ostentando decoração canelada e brunida, e para as taças, igualmente de excelente acabamento, decoradas por bandas de caneluras paralelas abaixo do bordo. A esta fase cultural, assim claramente definida, tanto estratigráfica como arqueograficamente, correspondem três fases construtivas, respectivamente a segunda, a terceira e a quarta fases. Na segunda, assiste-se à construção de um grandioso dispositivo defensivo, articulado em três linhas muralhadas, defendidas e reforçadas exteriormente por bastiões semi-circulares, em geral ociosos. A respectiva edificação efectuou-se entre 2900 e 2800 anos a.C., após um curto período de abandono do local, que poderá não ter ultrapassado algumas dezenas de anos. Tal programa, que terá sido efectuado em curto intervalo de tempo, reflecte uma concepção prévia do que se pretendia construir, de acordo com um plano rigorosamente levado à prática. A mesma realidade transparece das duas fases construtivas seguintes, correspondentes a reforços e melhorias introduzidas na eficácia defensiva das construções pré-existentes, permitindo alteamentos dos panos de muralha, ou dos bastiões, denunciados pelo alargamento dos respectivos embasamentos. Com efeito, estes sucessivos reforços respeitaram igualmente programas gerais, periódicos e internamente articulados, de remodelação das edificações defensivas, que interessaram o todo edificado.

A realização de um vasto programa de datações radiocarbónicas, já atrás aludido, a que se sucedeu o tratamento estatístico dos resultados, permitiu situar, pela primeira vez, com relativa precisão, a transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno na Estremadura cerca de 2600 a.C.



FIG. 5 – Vista parcial oblíqua do modelo reduzido de pormenor da área escavada. Do lado esquerdo, evidencia-se a primeira linha defensiva, reforçada por bastiões semicirculares do lado externo; ao centro, a segunda linha defensiva, a que se sucede, à direita, a terceira e mais interna das linhas defensivas, articulada com a anterior através de grande torre maciça, situada ao centro (escala original de 1/25).

O CALCOLÍTICO PLENO

Ao Calcolítico Pleno, corresponde a Camada 2, que contrasta fortemente com a anterior, visto ser constituída por numerosos blocos, de múltiplas dimensões, embalados em matriz terrosa anegrada, com abundantíssimos materiais arqueológicos. A presença de blocos nesta camada terá resultado dos derrubes das estruturas defensivas, quando o desmantelamento atingiu o respectivo embasamento, constituído, ao contrário da sua parte superior, por alvenaria de blocos argamassados.

Ao nível do espólio arqueológico, destaca-se a cerâmica, que constitui, uma vez mais, o melhor elemento diferenciador face ao conjunto do Calcolítico Inicial: com efeito, os copos com decoração brunida e canelada, que caracterizavam o Calcolítico Inicial, só vestigialmente ocorrem agora. Na maioria dos casos, a sua presença na Camada 2 dever-se-á imputar à dificuldade de separar, em vastas áreas escavadas, pela sua irregularidade, o tecto da Camada 3 da base da Camada 2; mas há sempre que admitir o transporte pós-deposicional de materiais e a migração vertical dos mesmos, constituindo outras razões para a presença esporádica de materiais de épocas diferentes, em aparente associação estratigráfica. É interessante registar que as taças caneladas persistem, ainda que em geral com acabamento e decorações mais grosseiras, da mesma forma que os “copos”, igualmente de feitura mais tosca não deixam de ocorrer, agora com as conhecidas decorações em “crucífera” e em “folha de acácia”, que caracterizam o Calcolítico Pleno da Baixa Estremadura.

É ainda na Camada 2 que a metalurgia do cobre se generaliza, incluindo a respectiva manufactura – como indica a presença de escórias,

de pingos de fundição e de lingotes, numa altura em que o dispositivo defensivo se encontrava já em fase de decadência, senão mesmo já parcialmente arruinado. Outros indicadores, como o acréscimo de quantidade de elementos de foice, e de artefactos de pedra polida de anfibolito, comparativamente aos exemplares recolhidos nos depósitos do Calcolítico Inicial, reforçam a conclusão de que o auge da intensificação económica se terá verificado no decurso do Calcolítico Pleno. Contudo, tal pujança não foi acompanhada do acréscimo das necessidades defensivas dos respectivos habitantes e dos seus bens, aspecto que a Arqueologia ainda não conseguiu resolver satisfatoriamente. É possível que se tenha então adoptado um novo modelo demográfico de ocupação do território, ditado pelas circunstâncias, o qual já não se encontraria alicerçado no grande povoado fortificado mas, cada vez mais, no povoamento generalizado e disperso do território da Baixa Estremadura. Tal foi a resposta naturalmente encontrada pelas populações da região para ultrapassarem o impasse a que conduziu um modelo de desenvolvimento baseado na competição generalizada inter-grupos, na ausência de um poder centralizador susceptível de mediação dos conflitos pela posse dos recursos ou dos bens proporcionados pela sua exploração.

Com efeito, aquela realidade prenuncia a realidade verificada nos derradeiros momentos calcolíticos e na transição para a Idade do Bronze, corporizada pela presença na região, como em outras áreas geográficas do país, de sítios abertos, implantados em encostas, em zonas planas ou no topo de pequenas colinas que pontuam a região, caracterizados pela presença de cerâmicas campaniformes, correspondentes a núcleos abertos, de raízes familiares, vocacionados essencialmente para a exploração agropecuária, intensiva e extensiva.



FIG. 6 – Grande casa de planta circular, do Calcolítico Inicial, com muro de alvenaria de argamassa. As grandes dimensões, a qualidade construtiva e a respectiva localização, na zona melhor defendida do povoado, levam a admitir a existência, à época, de diferenciações sociais intracomunitárias; no interior, observa-se uma grande lareira de planta sub-retangular.

O “FENÓMENO” CAMPANIFORME

A importância de Leceia para a discussão do “fenómeno” campaniforme decorre, sobretudo, dos resultados obtidos da exploração de duas cabanas de planta elipsoidal cujo embasamento é definido por alinhamentos de blocos irregulares, ambas situadas na área extramuros, adjacentes à primeira linha muralhada.

As datações de radiocarbono obtidas são relevantes para o conhecimento da emergência e afirmação do “fenómeno” campaniforme na região do estuário do Tejo. Com efeito, o intervalo cronológico a 2σ , obtido para a estrutura de maiores dimensões, de cerca de 2800-2600 cal BC, foi recentemente confirmado por uma data obtida por “Accelerator Mass Spectrometry” (AMS), e vem demonstrar que a referida emergência ocorreu ainda antes de atingidos os meados do 3.º Milénio a.C.

Por outro lado, os resultados correspondentes à cabana de menores dimensões, expressos pelo intervalo de cerca de 2600-2200 cal BC, também a 2σ , foram confirmados recentemente por uma datação por AMS e afiguram-se compatíveis com o Calcolítico Pleno, demonstrando a contemporaneidade com os derradeiros ocupantes da fortificação, onde as cerâmicas campaniformes ocorrem apenas na parte superior da Camada 2.

As diferenças cronológicas evidenciadas entre a ocupação destas duas cabanas têm reflexo no espólio recuperado em cada uma delas. Assim, apesar de, ao nível das cerâmicas decoradas, serem exclusivas as campaniformes, enquanto na cabana mais antiga é dominante a técnica pontilhada e ocorrem vasos campaniformes marítimos, com decoração a pontilhado, já na cabana mais moderna estes estão totalmente ausentes, sendo dominante a técnica incisa.



FIG. 7 – Estatueta maciça de barro, representando porca, de um conjunto de pelo menos duas, recolhidas no mesmo local, constituindo talvez um pequeno altar doméstico, do Neolítico Final. A importância conferida a este animal configura a existência de cultos agrários, ligados à fertilidade da terra, logo na primeira fase de ocupação do povoado no Neolítico Final, a que pertencem tais estatuetas.

Estes resultados conduzem, assim, às seguintes conclusões:

- Confirma-se a maior modernidade da técnica incisa relativamente à pontilhada, embora ambas coexistam por longo período de tempo, variando apenas em importância relativa;
- Confirma-se a maior antiguidade, entre as produções campaniformes, do vaso marítimo, ausente nas épocas mais modernas;
- Tendo presente que as produções campaniformes constituíam a totalidade dos exemplares decorados identificados nas duas cabanas, contrastando com o seu uso residual no interior da área fortificada, pode colocar-se de novo a questão do estatuto dos seus produtores e utilizadores primários, partindo do princípio que a coexistência numa determinada região de culturas materiais diferentes, pode exprimir realidades culturais igualmente distintas. Por outras palavras, será admissível entrever grupos cultural e socialmente distintos no decurso do III milénio a.C., com base na realidade material reconhecida em Leceia, agora sumariamente descrita? Eis uma questão que convém ver mais detalhadamente discutida.

3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A realidade de se dispor actualmente de uma grande estação arqueológica, na periferia da capital e situada num concelho densamente urbanizado, devidamente protegida e preparada para ser visitada, deve-se, em grande parte, à exemplar colaboração desde cedo estabelecida entre o arqueólogo responsável, a autarquia (e a sensibilidade do seu Presidente) e o instituto que tutela a realização dos trabalhos arqueológicos, ulteriormente cindido em dois, para mais recentemente ser de novo reunificado.

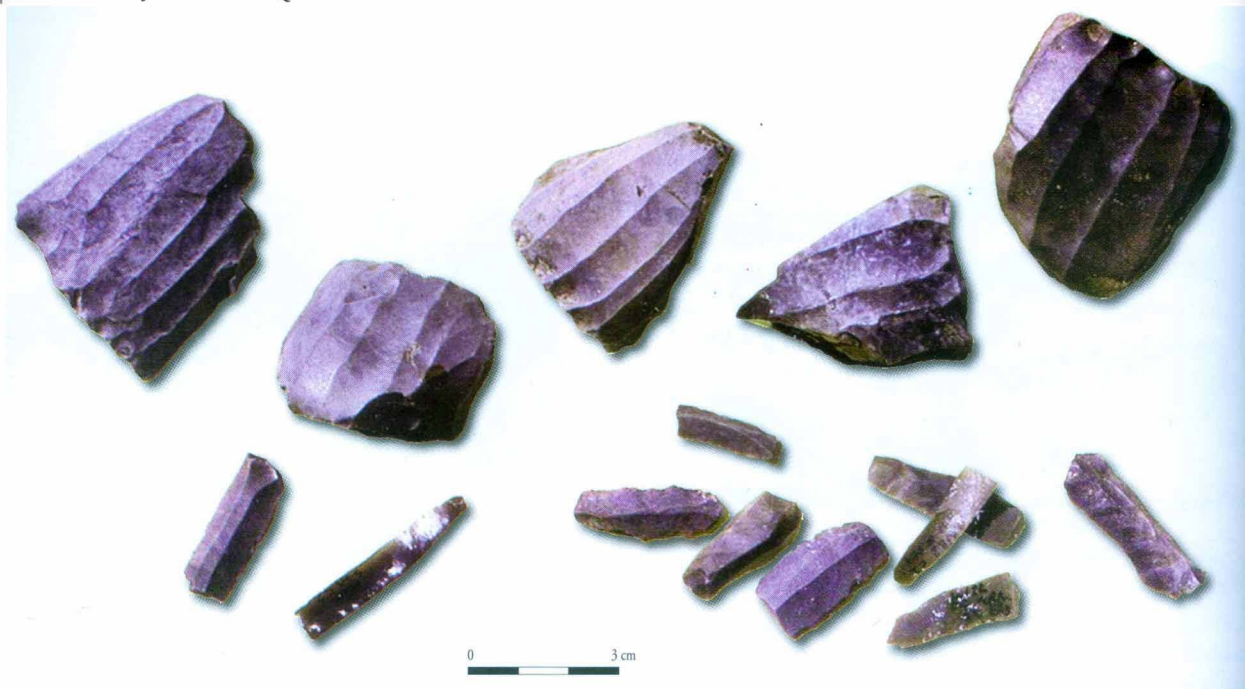


FIG. 8 – Conjunto de núcleos tabulares, de sílex cinzento de origem local, com os correspondentes produtos de debitagem (lâminas e lamelas). Foi a abundância deste recurso geológico de grande valor que, em parte, permitiu a obtenção dos excedentes económicos necessários ao estabelecimento de trocas de carácter transregional, especialmente com o Alentejo.

A Câmara Municipal de Oeiras empenhou-se, logo no segundo ano de escavações (1984), no apoio ao desenvolvimento do Projecto, que se viria a revelar decisivo nos anos subsequentes. Assim, a criação e manutenção do espaço arqueológico de Leceia, enquanto local de interesse cultural aberto à população, cuja iniciativa coube inteiramente ao signatário e à Câmara Municipal de Oeiras, embora apoiados – e bem – pelo órgão da tutela, redundou, em primeiro lugar, em benefício dos próprios munícipes, que passaram a dispor de um vasto espaço protegido, cuja área ultrapassa os cinco hectares, de inegável interesse para as actividades escolares, de animação cultural ou, simplesmente, de lazer.

No início das escavações, diversas ameaças, já referidas, pesavam sobre a integração do espaço arqueológico, cuja indefinição cartográfica, como se disse, tornava inviável a aplicação do decreto de classificação como Imóvel de Interesse Público, de 1963.

Impunha-se, deste modo, a delimitação cartográfica rigorosa da área de efectivo interesse arqueológico, concretizada pela Portaria 186/86, de 27 de Agosto, na qual se definiu a zona *non aedificandi*, com a correspondente Zona Especial de Protecção, criada para assegurar o enquadramento paisagístico do sítio arqueológico; com efeito, importava salvaguardar a individualidade e características da sua implantação no terreno, que decorreu de opções tomadas na época, dentro de uma determinada estratégia de ocupação do território, tendo, por isso, um valor e significado também arqueológicos (Arqueologia da Paisagem). Depois de publicada a referida Portaria, foi a zona *non aedificandi* vedada pela Câmara Municipal de Oeiras, em Novembro de 1985, por rede elástica em todo o seu perímetro. Mas tal vedação não se revelou suficiente, tendo sido mesmo alvo de furto parcial. Deste mo-

do, foi decidido instalar vedação definitiva, de ferro, com maior solidez, sobre sapata contínua de betão, a qual se efectivou em Junho de 1996. Estava, deste modo, garantida não só a protecção legal da estação, mas ainda a sua protecção física; esta diferença não é meramente académica. Sabemos de monumentos arqueológicos do aro de Lisboa, classificados até com mais alto estatuto, como “Monumentos Nacionais”, como é o caso do dólmen de Casinhos (Loures) que, dos quatro esteios registados em 1961, apenas conserva dois. Assim, não basta classificar para garantir a protecção dos valores classificados: em zonas onde a pressão urbanística e demográfica é elevada, agravada pela alta sensibilidade e fragilidade das estruturas postas a descoberto pelas escavações, importa, também, garantir a sua protecção física, mesmo que para isso seja necessário condicionar o respectivo acesso. Além da população local que, por ignorância ou atrevimento remexia pedras e danificava estruturas, na mira do “tesouro escondido” – paradigma ainda presente em populações rurais, só recentemente em contacto com a vida citadina –, há ainda que ter em conta os curiosos e amadores de fim-de-semana que delapidam, muitas vezes de uma forma consciente, este tipo de locais, atraídos pela grande quantidade de materiais à superfície, procedendo mesmo a pequenas escavações clandestinas, na mira de enriquecerem as suas “coleções arqueológicas”.

4. A PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DOS RESULTADOS

Nas vinte campanhas anuais de escavações realizadas entre 1983 e 2002, foi posta a descoberto uma área construída superior a 11 000 m², correspondente aproximadamente à escavação integral do povoado.

Crê-se que tal área corresponda à mais vasta escavação realizada em um povoado pré-histórico português. Tornou-se, assim, possível conhecer, de uma forma completa e articulada, a arquitectura doméstica e defensiva de um grande povoado calcolítico, bem como a sua própria organização interna e evolução ao longo dos cerca de mil anos de registos conservados, tanto através da estratigrafia como da sobreposição de estruturas. Nestas, encontram-se bem patentes as remodelações, restauros e reforços, incluindo nalguns casos o total arrasamento e substituição, factos denunciadores de estratégias de defesa e de ocupação diferenciadas, ao longo do tempo, mas sempre segundo planos concebidos antecipadamente, que não são obra do acaso ou das circunstâncias.

Ao longo dos anos, os trabalhos de campo tiveram suporte em quatro Projectos de Investigação, sucessivamente aprovados pelo IPPC, depois pelo IPPAR, e, finalmente, pelo IPA, a partir de 1998 e até ao final dos trabalhos de campo, em 2002. Tal foi o caso com a aprovação de Projeto de Investigação plurianual “Arqueologia do Concelho de Oeiras”, com vigência até 2001, a que se seguiu outro, com o mesmo nome, em execução até 2005, renovado em 2006. Até 2012, ou seja, dez anos volvidos sobre a conclusão dos trabalhos de campo, prevê-se ter todo o espólio publicado,

em sucessivas monografias, de que já se publicaram seis: a primeira relativa à indústria de pedra polida; a segunda dedicada às faunas de grandes mamíferos, incluindo carnívoros; a terceira relativa à malacofauna; a quarta referente à utensilagem em osso; a quinta, dedicada às cerâmicas decoradas; e, por último, a sexta relativa aos artefactos de carácter simbólico ou ideotécnico. Estão em preparação as monografias que abordarão, sucessivamente, os espólios em pedra lascada, metálicos, e os objectos de adorno.

Trata-se de estudos onde os materiais foram e serão analisados de forma sistemática e completa. Para a conclusão deste ambicioso plano de estudos e publicações conta-se, como até agora, com os apoios alocados pela Câmara Municipal de Oeiras, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, serviço da autarquia criado em 1988, um dos primeiros a ser organizado a nível autárquico em Portugal.

Se tal acontecer, como se espera, será a primeira vez que se conseguirá em Portugal, e mesmo na Península Ibérica, dispor de um povoado integralmente escavado e cujos espólios foram objecto de publica-

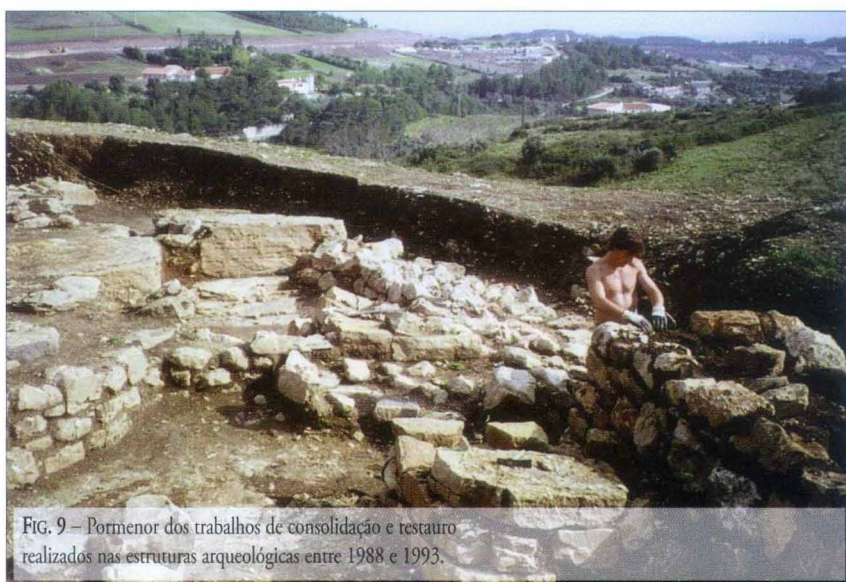


FIG. 9 – Pormenor dos trabalhos de consolidação e restauro realizados nas estruturas arqueológicas entre 1988 e 1993.



FIG. 10 – Vista parcial, tomada de Oeste, do povoado pré-histórico, observando-se passadeira de madeira, destinada à circulação dos visitantes e respectivo acesso ao interior da área escavada.

ção sistemática e exaustiva, envolvendo o esforço de equipas pluridisciplinares, inteiramente dedicadas a tal objectivo. Este objectivo último não tem inviabilizado, bem pelo contrário, o esforço desenvolvido na publicação de numerosos artigos temáticos, ou de síntese, que ascendem já a dezenas: uns e outros encontram-se listados no final deste trabalho, constituindo deste modo um elemento de consulta obrigatória para todos os interessados em aprofundar os seus conhecimentos sobre esta notável estação arqueológica.

É, ainda, no âmbito das acções de investigação e de divulgação, que se inscreve a edição pela Câmara Municipal de Oeiras, igualmente através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, de uma série de índole estritamente arqueológica, os *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, na qual os resultados obtidos das investigações conduzidas em Leceia têm tido publicação privilegiada. Logo em 1991 se editaram dois números da Revista – o primeiro corresponde, não por acaso, à edição facsimilada e anotada da memória de Carlos Ribeiro dedicada a Leceia –, para, nos anos seguintes, se consolidar tal produção, tendo saí-

do do prelo, em Dezembro de 2009, o décimo sétimo volume da série. As largas dezenas de artigos científicos publicados, todos de índole arqueológica, bem como a diversidade dos temas abordados, desde o Paleolítico Inferior à Época Contemporânea, consubstanciam-se em cerca de 8000 páginas impressas, fazendo desta revista uma realidade incontornável no panorama editorial português neste domínio. Tal é, aliás, confirmado pela valia das revistas internacionais com as quais foi estabelecida e mantida permuta: nada menos de quase centena e meia de títulos periódicos, todos eles de revistas da especialidade, dos quais apenas cerca de 40 portugueses, o que bem evidencia a sua valia científica, claramente afirmada aquém e além-fronteiras.

5. A RECUPERAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

O património arqueológico é uma riqueza frágil e não renovável. É necessário que os arqueólogos e os poderes públicos se consciencializem de vez desta realidade e admitam que o seu trabalho e responsabilidades, não só perante quem os financia mas perante os próprios interesses nacionais, não se esgota com a escavação e a respectiva publicação dos resultados. É necessário acabar de vez com o espectáculo degradante de monumentos arqueológicos, que durante milénios estiveram conservados no solo, serem paulatinamente destruídos, esventrados pela incúria daqueles que deveriam ser os primeiros agentes da sua conservação, depois de os terem escavado e mais tarde abandonado à sua sorte: os arqueólogos. Neste sentido, importa que o cumprimento das medidas de conservação já impostas aos arqueólogos pela legislação em vigor, seja por este assegurado e avaliado superiormente, no concernente à sua execução e adequabilidade.

Tendo presente que um dos objectivos finais dos trabalhos encetados em 1983 consistia na escavação integral, seguida da recuperação, deste grande povoado calcolítico fortificado, com vista ao seu usufruto cultural, iniciaram-se logo em 1988 acções de restauro, consolidação e recuperação das estruturas arqueológicas entretanto postas a descoberto. Os primeiros trabalhos integraram-se numa experiência-piloto, recorrendo a formandos num curso então ministrado em Conímbriga, e tiveram o apoio do então Director do Departamento de Arqueologia do IPPC, Dr. Fernando Real, e da Directora do Museu Monográfico de Conímbriga, Dr^a. Adília Alarcão. Com efeito, a partir do momento em que as estruturas postas a descoberto atingiram expressão significativa, impunha-se a adopção de tais medidas, com dois objectivos essenciais, a saber:

– Assegurar a sua conservação: o alteamento dos muros, seguindo técnicas adequadas, cuja apresentação foi objecto de uma publicação do signatário, em 1990, contribui para a protecção da porção original das estruturas, postas a descoberto pela escavação. No caso das muralhas e dos muros de Leceia, trata-se de alvenarias de argamassas mui-



FIG. 11 – Inauguração da primeira exposição dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia, realizada no Palácio do Egipto, em Oeiras, em Fevereiro de 1987.

to pobres, com blocos calcários não aparelhados e de natureza muito heterogénea, altamente sensíveis às acções desagregadoras dos agentes meteóricos, potenciadas por um longo período de enterramento, seguido de uma brusca exposição ao sol, à chuva e ao vento. Assim se compreende que, aos desmoronamentos, provocados pela erosão do ligante argiloso entre blocos, criando vazios, se somasse a alteração e a fracturação dos referidos elementos construtivos.

– Tornar as ruínas mais aliciantes e compreendidas pelo grande público: parte do êxito obtido em algumas – infelizmente ainda muito poucas – estações arqueológicas portuguesas, deve-se à simples regra de conservar os espaços arqueológicos nas melhores condições de visita. No caso de Leceia, para além das condições gerais de arranjo e limpeza – o espaço é desmatado duas vezes por ano por brigadas de limpeza da Câmara Municipal de Oeiras –, era imperativo proceder a trabalhos de restauro, de modo a tornar mais perceptíveis as estruturas postas a descoberto aos olhos dos leigos, que constituem a larga maioria dos visitantes, evidenciando-as dos caos de blocos de onde, anteriormente, mal se divisavam.

Os trabalhos de restauro e conservação iniciados em 1988 prosseguiram até 1993, através de uma empresa ulteriormente constituída pelos formandos do curso supracitado, sendo custeadas pela Câmara Municipal de Oeiras, sob orientação do signatário. Actualmente, a área que mais carecia de tais trabalhos encontra-se completamente recuperada, tendo-se recorrido, para o efeito, aos próprios elementos construtivos recolhidos nas camadas de derrube onde jaziam.

A separação entre as partes reconstruídas e as pré-existentes foi realizada através de pequenos marcadores de cerâmica colocados à face de ambos os paramentos das estruturas, na zona de contacto entre blocos, depois de se terem ensaiado outras alternativas, consideradas menos adequadas: camas de gravilha e marcação por cravação de pernos de bronze na última fiada de blocos originais. Deste modo ficou garantida, com a indispensável discrição, mas sempre possível de

identificar por parte dos mais interessados ou dos profissionais, na actualidade e futuramente, as reconstruções efectuadas, que, em qualquer caso, se consideram de evidente interesse no quadro supra descrito.

6. A MUSEALIZAÇÃO, A ANIMAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

O valioso conjunto patrimonial posto a descoberto em Leceia só se revelou após o início dos trabalhos de campo, motivados por razões estritamente científicas. Verificadas as potencialidades culturais do sítio, foram adoptadas, no âmbito da sua valorização, um conjunto de acções que, resumidamente, se podem apresentar do seguinte modo:

- Classificação legal e salvaguarda física da área de efectivo interesse arqueológico, com a criação de uma zona *non aedificandi* e de uma Zona Especial de Protecção, por forma a assegurar a indispensável individualização paisagística da estação arqueológica, aspecto prioritário que já foi anteriormente tratado;
- Restauro e consolidação das estruturas arqueológicas postas a descoberto, com a dupla finalidade de permitir a sua conservação e torná-las mais evidentes para o grande público, objectivo que também já se discutiu atrás;
- Sinalização rodoviária adequada; esta iniciativa afigurou-se essencial para o conhecimento da estação arqueológica. Para tal finalidade, muito concorreu o arranjo, em 2003, da zona de entrada do povoado pré-histórico, dada a sua visibilidade da importante via de circulação adjacente ao espaço arqueológico. O referido arranjo, além de sinalizar adequadamente o lugar, possui informação sobre o sítio arqueológico, instalada em quatro grandes painéis verticais metálicos, proporcionando a aquisição prévia, por parte do visitante comum, susceptível de lhe facilitar a compreensão do que irá ver;
- Definição de circuito de visita, bem delimitado no interior da área escavada, tornando fácil o acesso a esta, quer de crianças, quer de idosos. Trata-se de uma passadeira de madeira, em circuito fechado, cujo traçado privilegiou as zonas mais internas da área escavada, dificilmente acessíveis de outro modo pelos visitantes, evitando, por outro lado, o seu atravessamento pedonal, com os danos consequentes, ainda que inadvertidos, das estruturas arqueológicas. Por isso, parte do circuito teve de ser assente em pilares de madeira, permitindo a observação directa do terreno em condições adequadas.

Com o propósito de servir de apoio aos visitantes, procedeu-se, em 1989, à recuperação de pequeno moinho, situado na parte mais proe-

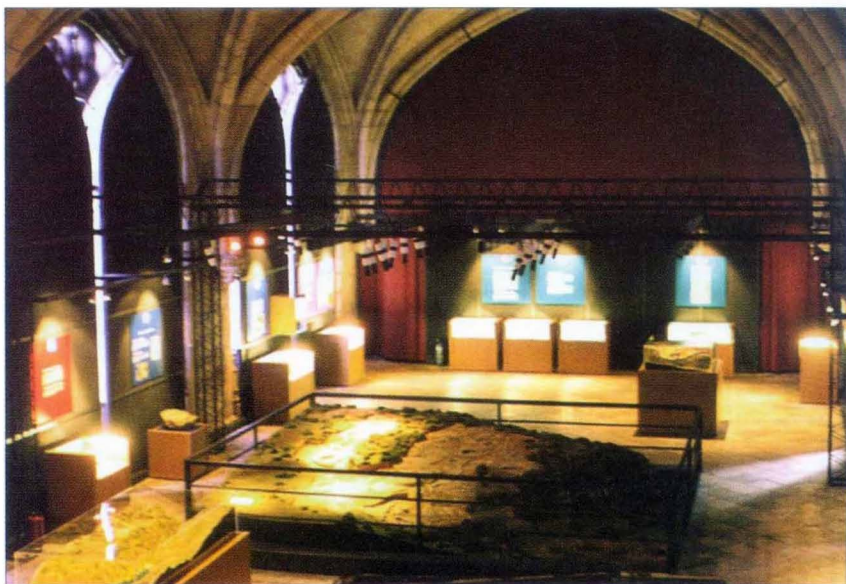


FIG. 12 – Vista parcial da exposição temporária sobre o povoado pré-histórico de Leceia patente ao público numa das alas do Mosteiro dos Jerónimos (Museu Nacional de Arqueologia), entre Julho de 1997 e Fevereiro de 1998.

minente da plataforma, datado de 1707, de modo a permitir o aproveitamento do espaço interior como pequena zona expositiva e o terraço da cobertura como excelente plataforma de visualização de toda a área escavada e da paisagem envolvente;

- Arranjo da envolvência do espaço arqueológico. Uma estação arqueológica deverá ser, também, uma zona de recreio e de lazer; um bom enquadramento paisagístico, valorizado por um parque arborizado, convidará à permanência no local para além do tempo da visita, convidando a voltar mais vezes. Tratando-se de uma zona rural, ainda que cercada de construções urbanas, na maioria de fraca qualidade arquitectónica, optou-se por deixar o terreno tal e qual, sem qualquer outra intervenção que não fosse a sua desmatação periódica e o revestimento com espécies adequadas, umas autóctones, como a oliveira, outras que se quadram a ambientes arqueológicos, de cunho mediterrânico, como é o caso do cipreste, que se crê ter sido introduzido no território português pelos Romanos.

A animação e a divulgação da estação arqueológica foram preocupações a que, desde muito cedo, se dispensou atenção, através das seguintes acções:

- Publicação de brochuras e desdobráveis de grande tiragem, contendo informação sintética. Remonta a 1989 a execução do primeiro desdobrável, logo seguida de outro, em 1993, e de mais dois, em 2002 e 2009. As sucessivas edições, com conteúdos reformulados, explicam-se pelo próprio progresso dos trabalhos de campo, que proporcionaram, progressivamente, a melhoria da informação disponibilizada;
- Realização, com carácter regular, de visitas de estudo, destinadas a todas as classes etárias. Desde 1988 que se interiorizou que o prosseguimento da investigação da estação arqueológica poderia e deveria compaginar-se com o seu usufruto público, à medida que os resulta-



FIG. 13 – Pormenor da exposição monográfica permanente dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena.

dos se iam tornando mais visíveis. Assim se compreendem as acções acima referidas, envolvendo a recuperação das estruturas arqueológicas, iniciada nesse mesmo ano, a par com a edição de materiais impressos de apoio, como os folhetos mencionados. Deste modo, as visitas guiadas, complementadas desde 1998 com a visita à exposição permanente de Arqueologia dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, têm constituído um dos vectores principais de actuação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras / CMO. Conquanto destinadas ao público em geral, são particularmente importantes para a população escolar, no âmbito das matérias leccionadas ao nível do Ensino Básico. Por outro lado, a aposta em visitas de grupo personalizadas em detrimento de visitas individuais, tem permitido evitar a poluição das ruínas com elementos informativos, cuja existência se afiguraria indispensável à auto-compreensão das ruínas, mas cujas características evoluem rapidamente, tornando-os rapidamente ultrapassados; Claro que as acções descritas, por serem de carácter recorrente e se desenvolverem ao longo do ano, requerem a existência de um responsável técnico-científico, bem como de diversos apoios, designadamente do âmbito da manutenção e limpeza do sítio, envolvendo a colaboração de outros serviços municipais. Muitos visitantes perguntavam, logo desde o início das escavações, pelos espólios recuperados, seu significado e características. Assim, logo em Fevereiro de 1987, volvidas apenas quatro campanhas de escavações, foi inaugurada, no Palácio do Egipto, no Centro Histórico de Oeiras, exposição dedicada aos trabalhos até então realizados, a qual teve uma notável afluência de público. Dez anos volvidos,

foi realizada nova exposição, no Museu Nacional de Arqueologia, intitulada “O Povoado de Leceia, Sentinela do Tejo no Terceiro Milénio a.C.”, a qual, graças aos excelentes resultados obtidos da parceria constituída com a Câmara Municipal de Oeiras, corporizou a primeira de uma série de iniciativas análogas, realizadas por aquele Museu em parceria com diversas autarquias, que prosseguiram até à actualidade. Por forma a garantir a continuidade da apresentação pública dos resultados da escavação, a solução encontrada, tendo presente a dificuldade de construção na área das ruínas ou nas suas imediações, foi a organização de uma exposição permanente nas proximidades, no caso, no complexo patrimonial da Fábrica da Pólvora de Barcarena, situada a cerca de dois quilómetros. Os visitantes poderão, deste modo, complementar a visita ao sítio com a desta estrutura museológica. Inaugurada pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, em 1998, a referida exposição recuperou os elementos da anterior, com destaque para uma grande maqueta da área escavada, ulteriormente objecto de uma animação de luz e som, através de uma aplicação informática a cargo do Eng. Rui Silva Santos, e que constitui a primeira, no seu género, existente em Portugal. Naturalmente que, para se chegar a esta etapa da valorização e fruição turístico-cultural do sítio, foi necessário criar as condições para, desde logo, se realizar o tratamento, estudo, publicação e arquivo de todo o numeroso espólio recolhido, o qual se encontra também assegurado pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, serviço da Câmara Municipal de Oeiras, que completou em Novembro de 2008 os seus vinte anos de existência. No caso de Oeiras, foi esta a solução encontrada, assegurando não só a gestão da estação arqueoló-

gica, enquanto espaço cultural, como a das colecções dela provenientes, a par das recolhidas em outros sítios concelhios de interesse arqueológico.

Em jeito de conclusão do que ficou dito, pode afirmar-se que a criação de espaços de exposição monográficos, como o existente em Leceia, articulando o espaço das ruínas ao espaço museológico propriamente dito, exigindo a permanência de pessoal tecnicamente preparado, é dispendiosa, só se justificando desde que, à partida, estejam assegurados os seguintes requisitos:

- Existência de espólios suficientemente numerosos e estética, visual e cientificamente importantes;
- Quando a própria área arqueológica for susceptível de aproveitamento turístico-cultural;
- Quando não haja alternativa suficientemente próxima de espaço museológico concelhio susceptível de poder acolher com dignidade o espólio arqueológico daquela estação arqueológica;
- Quando exista a garantia de público potencial ou real, em quantidade suficiente ao longo de todo o ano.

Numa área de franca expansão demográfica, como a de Leceia e, em geral a do concelho de Oeiras, onde se operaram profundas transformações sociais, económicas e culturais, face ao que era o viver das suas gentes ainda há pouco menos de meio século, a valorização do Património cultural e, em particular, da sua componente arqueológica, é uma prioridade que se impõe, potenciando, especialmente junto da população escolar, o conhecimento pelo passado da região onde vivem, transmitindo aos seus ascendentes uma realidade certamente deles desconhecida, por, em muitos casos, serem munícipes de primeira geração. Sublinhe-se, em contrapartida, o elevado estatuto académico e profissional médio dos referidos munícipes, colocando o concelho de Oeiras em primazia, a nível nacional, conferindo potencialidades acrescidas às iniciativas culturais já realizadas.

Como se pode concluir do exposto, qualquer iniciativa que vise a recuperação e vitalização turístico-cultural de uma grande estação arqueológica – sem falar nos prolongados anos que a sua exploração arqueológica requereu –, é um processo longo e que, para chegar a bom porto, requer a definição clara e rigorosa dos objectivos a atingir, a partir de programa que, naturalmente, possa ajustar-se às disponibilidades técnicas, humanas e financeiras mobilizadas. No caso presente, assumiram-se como parceiros o órgão da tutela, mediante o financiamento plurianual concedido ao abrigo dos sucessivos Planos Nacionais de Trabalhos Arqueológicos, e, sobretudo, a Câmara Municipal de Oeiras, através de apoios financeiros e logísticos, cujos resultados



FIG. 14 – Vista parcial da entrada do povoado pré-histórico de Leceia, inaugurada em Novembro de 2003, com painéis explicativos da estação arqueológica.

justificaram a criação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, como já foi referido.

As acções descritas requeriam e requerem a posse efectiva dos terrenos, pelo menos dos correspondentes à zona *non aedificandi*. Trata-se de processo complexo, conduzido desde há vários anos pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da Câmara Municipal de Oeiras, mas dificultado pelo elevado número de proprietários e seus descendentes. Actualmente, algumas das parcelas são já propriedade municipal, e de outras foi requerida pelos donos a respectiva expropriação, como prevê a legislação em vigor. Este aspecto reveste-se de grande importância no âmbito do direito à fruição do espaço arqueológico, por parte da população.

7. ACÇÕES DE INTERCÂMBIO CIENTÍFICO E DE EXTENSÃO CULTURAL

A realização de eventos científicos em parceria com instituições locais, regionais ou de âmbito nacional, e outras acções de cooperação inter-institucional, designadamente o acolhimento a investigadores no âmbito da realização de diversos estudos, afiguram-se importantes e merecem aprofundamento futuro.

Neste âmbito se inseriu a realização do I Colóquio de Arqueologia, parceria da Sociedade de Geografia de Lisboa com a Câmara Municipal de Oeiras, em Outubro de 2007, por ocasião da Presidência portuguesa da Comissão Europeia, o qual foi, por tal motivo, subordinado ao tema “A Arqueologia Portuguesa e o Espaço Europeu. Balanços e perspectivas”. Nele participaram como comunicantes boa parte dos mais prestigiados arqueólogos da actualidade em Portugal, correspondendo as respectivas Actas ao número 15 (2007) dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. A investigação desenvolvida no povoado pré-histórico de Leceia esteve naturalmente presente, através de comuni-

cação em co-autoria com o Dr. T. X. Schumacher, sobre a ocorrência de objectos de marfim, a qual mereceu desenvolvimentos ulteriores através de duas outras comunicações, publicadas no Colóquio organizado pelo Museu de Alicante, em 2009, “Marfil y Elefantes”, e na revista internacional *Antiquity* (Dezembro de 2009).

Na sequência do êxito alcançado por tal iniciativa, organizou-se em Dezembro de 2008 o II Colóquio, subordinado ao tema “Práticas Rituais entre o IV e o I Milénio a.C. no Território Português”, cuja publicação dos textos das comunicações foi assegurada, igualmente, pela Câmara Municipal de Oeiras, incorporados no volume comemorativo do XX aniversário do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, correspondendo ao número 17, 2009, dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

É também nesta linha de actuação inter-institucional que se integram as comemorações conjuntas com o Museu Nacional de Arqueologia do “Dia Internacional dos Museus”, em 2007 e 2008, com a organização de visitas guiadas abarcando todo o fim-de-semana ao povoado pré-histórico de Leceia a todos os que, nesses dias, acorreram ao Museu, incluindo transporte de autocarro, em sistema “non-stop”, dando-se assim continuidade à colaboração entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Museu Nacional de Arqueologia iniciada em 1997.

Outro aspecto que importa destacar é o do desenvolvimento da cooperação transdisciplinar entre investigadores portugueses, bem como a internacionalização da investigação conduzida pelo Centro, designadamente no respeitante a publicações relativas ao povoado pré-histórico de Leceia. Trata-se de realidades complementares ilustradas, em ambos os casos, através de artigos publicados tanto nos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* como em outras revistas, nacionais e internacionais, alguns deles em co-autoria com especialistas estrangeiros, como se pode verificar na bibliografia alusiva a Leceia, publicada em anexo. Tais publicações são o melhor certificado para a qualidade da investigação realizada no Centro, fortemente interactiva e aberta ao exterior, como não podia deixar de ser. Completam esta estratégia de conferir visibilidade nacional e, sobretudo, internacional à investigação desenvolvida a partir dos resultados de campo obtidos no povoado pré-histórico de Leceia, as monografias arqueológicas regularmente publicadas, sejam dedicadas a uma temática ou de carácter regional, interessando o território oeirense, sejam as comunicações efectuadas regularmente, no âmbito de reuniões científicas, em cujas actas são depois publicadas.

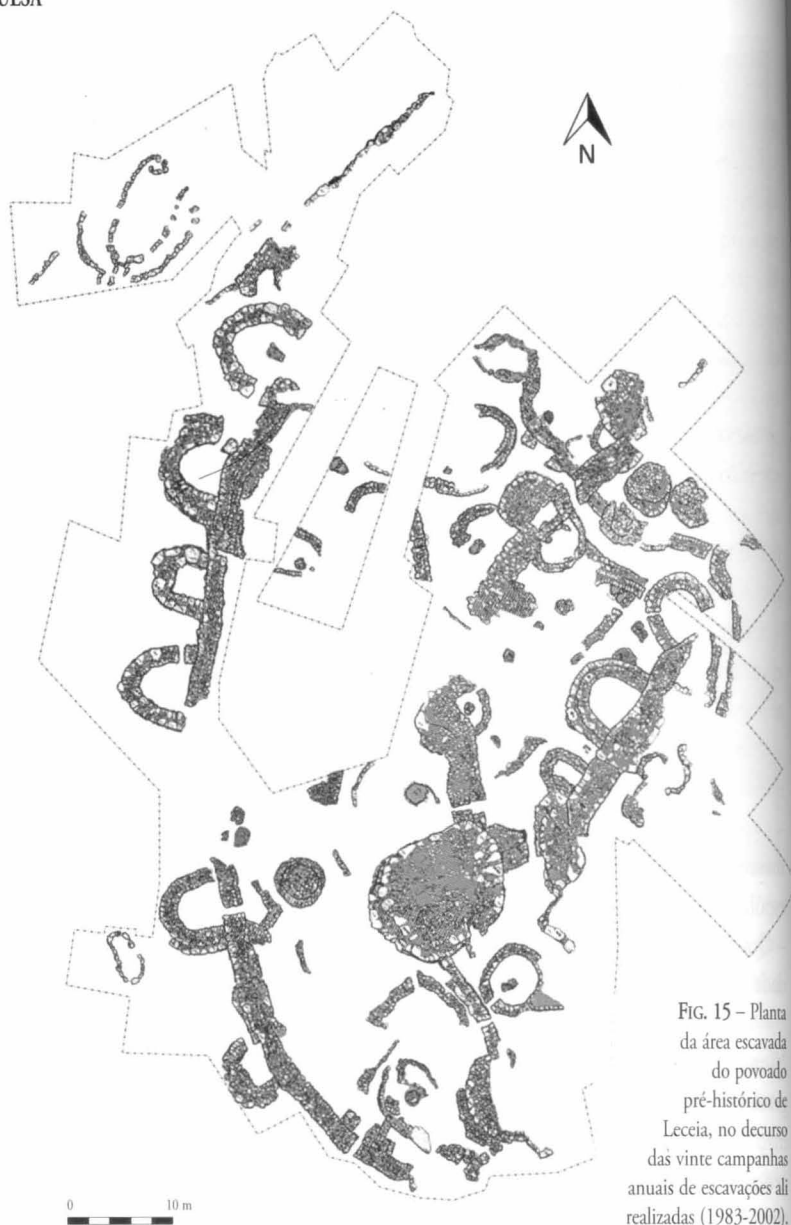


FIG. 15 – Planta da área escavada do povoado pré-histórico de Leceia, no decurso das vinte campanhas anuais de escavações ali realizadas (1983-2002).

8. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS DE ACTUAÇÃO

À excepcional importância científica do povoado pré-histórico de Leceia, soma-se o seu alto valor patrimonial, sublinhado pela importância das estruturas postas a descoberto nos vinte ininterruptos anos de escavações arqueológicas ali realizadas. A tal realidade, acresce a sua fácil acessibilidade, a proximidade de grandes vias de comunicação e de importantes aglomerados urbanos, a começar pelos existentes no próprio concelho, cujos habitantes constituem a segunda comunidade portuguesa com rendimento *per capita* mais alto, logo a seguir ao vizinho concelho de Lisboa.

Esta situação impõe uma maior aposta na captação dos fluxos turísticos, visto que os potenciais utilizadores já existem, especialmente em áreas populosas e ricas de Património monumental, como é o caso da região de Lisboa. Importa, pois, na sequência de contactos já efectuados com a associação dos guias turísticos, que Leceia seja incluída nos

roteiros de visitas turísticas em torno da capital, visto corresponder a um tipo de oferta cultural ainda não coberto tematicamente.

Outro objectivo a prazo é a construção do Museu Municipal de Arqueologia, na área adjacente da que se encontra classificada como Zona *non aedificandi* do povoado pré-histórico, o que possibilitará uma ligação directa entre este e a área expositiva. Trata-se de projecto em curso no Departamento de Projectos Especiais da CMO, iniciativa cuja sustentabilidade parece inquestionável.

Trata-se, enfim, de transformar um valor patrimonial com relevantes serviços já prestados à formação e informação, mas por enquanto numa perspectiva limitada de actuação, num pólo de primeira grandeza, tanto qualitativo, como quantitativo de atracção turístico-cultural a nível regional, gerador até de receitas próprias para a própria povoação actual, susceptíveis de incentivar o desenvolvimento das actividades económicas locais.

Em resumo: Leceia, configura, como poucas estações arqueológicas portuguesas objecto de importantes projectos de desenvolvimento, a relação privilegiada que deve ser assegurada entre a investigação, a preservação (tanto de estruturas como de artefactos) e a valorização e, finalmente, a divulgação e o respectivo aproveitamento turístico e cultural, ambiciosa trilogia configurando um único objectivo que, á partida, no já longínquo ano de 1983, se afigurava de sucesso mais do que incerto.


Mercê da reunião de vontades substanciadas em propósitos claramente definidos e faseados, executados com a necessária flexibilidade, foi possível, primeiro, proceder, pela primeira vez em Portugal, à escavação integral de um vasto povoado calcolítico; depois, antecedendo a publicação sistemática e exaustiva dos espólios exumados, proceder à divulgação atempada dos resultados que se iam obtendo, tendo em conta a diversidade de públicos e de objectivos a atingir; enfim, assegurada a preservação legal e física do espaço de efectivo interesse arqueológico, efectivar a sua recuperação e valorização, em estreita conexão com a consequente animação e aproveitamento turístico-cul-

tural, através da manutenção do espaço arqueológico em articulação com estrutura museológica anexa, garantido a adequada recepção dos visitantes.

Este Projecto potenciou, ainda, colaborações inter-institucionais e de extensão cultural, tanto em Portugal como além-fronteiras, as quais projectaram Leceia como um dos mais notáveis sítios arqueológicos, no seu género, de todo o Ocidente Europeu.

AGRADECIMENTO

À distância de vinte e seis anos desde o início das escavações arqueológicas em Leceia, pode hoje afirmar-se seguramente que o êxito alcançado por este ambicioso projecto de investigação só foi possível pela visão estratégica adoptada desde o início e pela linha de rumo coerentemente seguida, devendo-se sua concretização à indispensável continuidade política, assegurada pela gestão autárquica do Dr. Isaltino Morais. Face aos resultados que se iam obtendo no terreno, com a consequente acumulação de milhares e milhares de peças arqueológicas, que careciam de tratamento, conservação, estudo e arquivo, a ele se deve a criação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, em 1988, um dos primeiros que, no seu género, foi constituído no âmbito do Poder Local em Portugal, suporte de todas as realizações que têm sido levadas a cabo desde então, no âmbito da Arqueologia oeirense.

Ciente que, em Arqueologia, como em qualquer área científica, só uma investigação consequente e, em tantos casos, morosa, pode conduzir à boa divulgação, contou-se sempre com o seu apoio, pessoal e institucional, no que foi acompanhado pelos sucessivos executivos municipais, sabendo pacientemente esperar que os resultados surgissem literalmente da terra e frutificassem. É por isso que, em preito de homenagem, lhe é dedicado este trabalho, símbolo de um projecto de sucesso. 

ANEXO

Bibliografia relativa ao povoado pré-histórico de Leceia produzida pelo autor no âmbito da investigação até ao presente desenvolvida (1975-2009).

LIVROS

1 - *O Castro de Leceia* (1982) - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 43 p.

2 - *Oeiras há 5000 anos. Monografia de Leceia* (1987) - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 24 p. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.

3 - *Leceia: resultados das escavações realizadas 1983-*

-1988 (1989) - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.

4 - *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico* (1994) - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 164 p. (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, número especial).

5 - *O Povoado de Leceia, Sentinela do Tejo no Terceiro Milénio Antes de Cristo* (1997) - Lisboa / Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.

6 - *Sítios, Pedras e Homens. Trinta anos de Arqueologia em Oeiras* (2000) - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 191 p.

7 - *A Baixa Estremadura dos Finais do IV Milénio a.C. Até à Chegada dos Romanos: um ensaio de História regional* (2004) - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).

ARTIGOS

- 8 – “Flauta, Chamariz ou Negaça de Caça, de Osso, Encontrada no Castro de Leceia (Barcarena)” (1975) – *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 81: 57-63. De col. com O. da Veíga Ferreira.
- 9 – “O Povoado Pré-Histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Nota prévia sobre a colecção de Álvaro de Bréc (1979) – *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. 21 (2-3): 265-273.
- 10 – “Análise por Fluorescência de Raios X de Peças de Cobre do Castro de Leceia” (1979) – *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5: 103-114. De col. com F. Bragança Gil e G. Ferreira.
- 11 – “O Povoado Pré-Histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Bréc. 1ª parte” (1980) – *Revista de Guimarães*. Guimarães. 90: 211-304.
- 12 – “O Povoado Pré-Histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Bréc. 2ª parte” (1981) – *Revista de Guimarães*. Guimarães. 91: 120-233.
- 13 – “O Povoado Calcolítico de Leceia (Oeiras). 1ª e 2ª campanha de escavação” (1983-84) – *Clio / Arqueologia*. Lisboa. 1: 41-68. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.
- 14 – “Povoado Pré-Histórico de Leceia: 1983” (1985) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 5: 86-87. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.
- 15 – “O Povoado Calcolítico de Leceia (Oeiras)” (1986) – *Oeiras. Revista Municipal*. Oeiras. 14: 17-18.
- 16 – “Povoado Pré-Histórico de Leceia: 1984” (1986) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 6: 55-56. De col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.
- 17 – “Povoado de Leceia: 3ª campanha” (1986) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 7: 52-53. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.
- 18 – “Povoado de Leceia (Oeiras): 1986” (1987) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8: 46-52.
- 19 – “Notas e Comentários à Reedição de Ribeiro, C. (1978). Estudos prehistoricos em Portugal. Notícia da estação humana de Licêa. Academia Real das Ciências de Lisboa, 68 p.” (1991) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 1, 184 p.
- 20 – “A Reconstrução de Grandes Estruturas em Povoados Calcolíticos. O exemplo de Leceia (Oeiras)” (1991) – *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1990)*. Lisboa, pp. 139-146.
- 21 – “Restos Humanos do Povoado Pré-Histórico de Leceia. Estudos de Antropologia Física” (1991) – *STOMA – Cadernos de Estomatologia, Maxilo-Facial e Medicina Dentária*. Lisboa. 20: 7-14. De col. com Delberto de Aguiar e A. Santinho Cunha.
- 22 – “O Homem Pré-Histórico no Concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia Física” (1991) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 2, 85 p. De col. com A. Santinho Cunha e Delberto de Aguiar.
- 23 – “Acerca de um Suporte de Lareira do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1992) – *Al-Madan*. Almada. IIª Série. 1: 23-26.
- 24 – “Estação Pré-Histórica de Barotas (Oeiras)” (1992) – *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10: 229-245. De col. com J. Barros da Costa.
- 25 – “Estratégias de Ocupação do Espaço na Área do Concelho de Oeiras, do Paleolítico ao Período Romano: um ensaio” (1993) – *Actas do I Encontro de História Local do Concelho de Oeiras (Oeiras, 1991)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, pp. 17-24.
- 26 – “Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras” (1993) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 4, 126 p. De col. com G. Cardoso.
- 27 – “Comentário ao Sítio Arqueológico de Leceia (Oeiras)” (1994) – *Lisboa Subterrânea* (coord. A. M. Arruda). Lisboa: Instituto Português de Museus, pp. 172-173 (catálogo da exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia – Lisboa. Capital Europeia da Cultura/94).
- 28 – “L'Habitat Chalcolithique Fortifié de Leceia” (1994) – *Les Dossiers de l'Archeologie*. Faton, Quétigny. 198: 10-15.
- 29 – “Leceia” (1994) – *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9: 63-64.
- 30 – “Viagem ao Passado” (1994) – *Retratos de Oeiras*. Oeiras: Publicações DSA, pp. 160-170.
- 31 – “Do Paleolítico ao Romano: investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos 10 anos: 1984-1993” (1994) – *Al-Madan*. Almada. IIª Série. 3: 59-74.
- 32 – “Sobre a Existência de Cerâmicas Impressas e Incisas no Neolítico Final Estremenho” (1994) – *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*. Vol. 2, pp. 69-78. De col. com J. R. Carreira.
- 33 – “O Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993)” (1995) – *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*. Porto. Vol. 5, pp. 115-129.
- 34 – “Os Povoados Fortificados do Monte da Tumba e de Leceia. Elementos para um estudo comparado” (1995) – *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica*. Lisboa, pp. 159-168 (*Trabalhos de Arqueologia, 7 - Actas das Primeiras Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, 1987*). De col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.
- 35 – “Arqueologia, Turismo e Poder Local: o exemplo do concelho de Oeiras” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 341-347.
- 36 – “Estudo Arqueometalúrgico de um Lingote de Cobre de Leceia (Oeiras)” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 153-164. De col. com F. Braz Fernandes.
- 37 – “Ossos de Cetáceo Utilizados no Calcolítico da Estremadura” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 193-198.
- 38 – “Dentes de Tubarões Miocénicos em Contextos Pré-Históricos Portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras)” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 199-211. De col. com M. Telles Antunes.
- 39 – “Os Ídolos Falange do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras). Estudo comparado” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 213-232.
- 40 – “Possíveis Pontas de Seta Calcolíticas de Osso do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 233-241.
- 41 – “Cerâmicas Decoradas a Pente, do Calcolítico Pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra)” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 243-249.
- 42 – “Símbolos Sexuais do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 251-261.
- 43 – “Cronologia Absoluta para as Ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 263-276. De col. com A. M. Monge Soares.
- 44 – “Para o Conhecimento da Agricultura no Concelho de Oeiras: do Neolítico ao Período Romano” (1995) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 87-96.
- 45 – “Contribution d'une Série de Datations C14, Provenant du Site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la Chronologie Absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l'Estremadura Portugaise” (1996) – *Supplément à la Revue d'Archéométrie*. Rennes, pp. 45-50 (*Actes du Colloque de Périgueux, 1995*). De col. com A. M. Monge Soares.
- 46 – “A Ocupação Neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988” (1996) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 47-89. De col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.
- 47 – “Estatuetas Zoomórficas de Terracota do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1996) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 91-106.
- 48 – “Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado” (1996) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 107-119.
- 49 – “Ocupação Calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras)” (1996) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 287-299. De col. com J. Norton e J. R. Carreira.
- 50 – “A Estação Pré-Histórica do Casal de Barrinhos (Oeiras)” (1996) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 301-316. De col. com J. R. Carreira e F. P. Lopes.
- 51 – “Cronologia Absoluta para o Campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal” (1997) – *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8-10 (1990-1992): 203-228. De col. com A. M. Monge Soares.
- 52 – “Génese, Apogeu e Declínio das Fortificações Calcolíticas da Estremadura” (1997) – *Zephyrus*. Salamanca. 50: 249-261.
- 53 – “A Oficina de Talhe do Sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras)” (1997-98) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 35-45. De col. com J. Norton.
- 54 – “Análises Químicas não Destrutivas do Espólio Metálico do Povoado Pré-Histórico de Leceia, Oeiras, e Seu Significado no Quadro da Intensificação Económica Calcolítica da Estremadura” (1997-98) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 61-88. De col. com M. F. Guerra.

- 55 – “A Ocupação Campaniforme do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1997-98) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 89-153.
- 56 – “Leceia, Paradigma da Protecção do Património Arqueológico no Concelho de Oeiras” (1997-98) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 47-59.
- 57 – “Política do Património em Oeiras. Ópticas para a sua gestão integrada” (1997-98) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 17-23. Também publicado em Oeiras Municipal (1998). Oeiras. 56: 61-64.
- 58 – “Copper Metallurgy and the Importance of Other Raw Materials in the Context of Chalcolithic Economic Intensification in Portuguese Estremadura” (1998) – *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1: 93-105.
- 59 – “Do Paleolítico à Idade do Ferro no Concelho de Oeiras: percursos da presença humana” (1998) – *Actas do 1º Ciclo de Estudos Oeirenses (Oeiras, 1996-1997)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, pp. 31-71.
- 60 – “O Povoado Fortificado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras), Exemplo de Desenvolvimento não Sustentado na Estremadura no III milénio a.C.” (1998) – *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 16: 97-110.
- 61 – “La Fin du Chalcolithique et la Présence Campaniforme dans les Basses Vallées du Tage et du Sado” (1999) – *STVDIVM DILECTVM. Coleção de homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 159-183.
- 62 – “Moedas Medievais e Modernas Achadas nas Escavações do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1999-2000) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 8: 431-445. De col. com F. Magro.
- 63 – “Os Artefactos de Pedra Polida do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (1999-2000) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 8: 241-323.
- 64 – “O Calcolítico da Baía Estremadura: contributos para um ensaio, a propósito de Leceia (Oeiras)” (1999-2000) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 8: 325-353.
- 65 – “Achados Numismáticos em Leceia (Oeiras): seu contributo para o conhecimento da História Local” (2000) – *I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática / V Congresso Nacional de Numismática (Porto, 2000)*. Actas. Lisboa: Associação Numismática de Portugal, pp. 233-248. De col. com F. Magro.
- 66 – “Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO). Objectivos e actividades” (2000) – *Centros Históricos. Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*. Santarém. Série II. 2: 37-38.
- 67 – “The Fortified Site of Leceia (Oeiras) in the Context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura” (2000) – *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19(1): 37-5.
- 68 – “O «Fenómeno» Campaniforme na Estremadura Portuguesa” (2000) – *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular. Vol. 4, pp. 353-380.
- 69 – “Copper Age Hill-Fort of Leceia” (2000) – *Livro-Guia 6th Annual Meeting European Association of Archaeologists (Lisboa, 2000)*. Lisboa, 29 p.
- 70 – “Le Phénomène Campaniforme dans le Basses Vallées du Tage et du Sado (Portugal)” (2001) – *Bell Beakers Today. Colóquio Internacional (Riva del Garda, 1998)*. Actas. Trento, pp. 139-154.
- 71 – “Leceia, Povoado Pré-Histórico de” (2001) – *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*. Editorial Verbo, col. 635-638.
- 72 – “The Chalcolithic of the Baixa Estremadura. Contributions for an essay, in reference to Leceia (Oeiras)” (2001) – *Guided Visit Annual Meeting International Comission on the History of Geological Sciences*. Lisboa. 29 p.
- 73 – “Análise de Alguns Fragmentos de Artefactos em Haste de Cerveído do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras): cabos e caixas” (2001-02) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10: 49-76. De col. com C. Salvado.
- 74 – “Os Esferóides de Calcário do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras) e Suas Possíveis Finalidades” (2001-02) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10: 77-88.
- 75 – “A Fauna Malacológica Encontrada no Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras). Estudo sistemático e respectivo significado” (2001-02) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10: 89-129. De col. com A. Guerra.
- 76 – “Estudo Arqueozoológico dos Restos de Ungulados do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (2001-02) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10: 131-182. De col. com C. Detry.
- 77 – “Estudo Arqueozoológico dos Carnívoros do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (2001-02) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10: 183-247. De col. com F. Pires e F. Petrucci-Fonseca.
- 78 – “Oeiras, o Tejo e o Mar: uma relação ancestral (da Pré-História ao Período Romano)” (2003) – *V Encontro de História Local (Oeiras, 2001)*. Actas. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, pp. 27-37.
- 79 – “O Uso do Marfim, no Território Português, Durante o Calcolítico: a propósito de um alfinete recolhido no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)” (2003) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 11: 85-96.
- 80 – “O Povoado Pré-Histórico de Leceia no Quadro da Investigação, Valorização e Divulgação do Património Arqueológico Nacional” (2003) – *Mesa-Redonda Recintos Murados da Pré-História Recente (Porto, 2003)*. Actas. S. O. Jorge, coord. Faculdade de Letras do Porto / Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, pp. 219-223.
- 81 – “Da Aldeia à «Cidade»: alguns exemplos da Pré-História portuguesa” (2003) – *Discursos*. Lisboa. Série III. 5: 65-81.
- 82 – “O Povoado Pré-Histórico de Leceia no Quadro da Investigação, Recuperação e Valorização do Património Arqueológico Português. Síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002)” (2003) – Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 70 p.
- 83 – “O Povoado Pré-Histórico de Leceia, Síntese de Vinte Anos de Escavações Arqueológicas” (2003) – *VII Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 2003)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 177-185 (*Arqueologia e História*, 55).
- 84 – “A Utensilagem Óssea de Uso Comum do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras)” (2003) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 11: 25-84.
- 85 – “O Comércio de Matérias-Primas de Origem Geológica, dos Meados do VI Milénio a.C. aos Finais do III Milénio a.C., no Ocidente Peninsular: breve ensaio” (2003) – *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 121: 91-106.
- 86 – “An Interpretation of the Bell Beaker Cultural Sequence at the Tagus Estuary Region: data from Leceia (Oeiras)” (2004) – *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 6: 147-156.
- 87 – “Polished Stone Artefacts at the Prehistoric Settlement of Leceia (Oeiras)” (2004) – *Madridrer Mitteilungen*. Mainz. 45: 1-32.
- 88 – “O Uso do Marfim, no Território Português, Durante o Calcolítico” (2004) – *Volume de Homenagem ao Doutor Fernando Guedes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 115-128.
- 89 – “Bell Beaker Relationships Along the Atlantic Coast” (2005) – *VII European Meeting on Ancient Ceramics (Lisboa, 2003)*. Actas. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 27-31 (*Trabalhos de Arqueologia*, 42). De col. com L. Salanova e Guirec Quéré.
- 90 – “As Cerâmicas Campaniformes do Povoado Pré-Histórico de Leceia (Oeiras): uma proposta de interpretação do fenómeno campaniforme na região do estuário do Tejo” (2005) – *De(s)afiando Discursos. Homenagem a Maria Emilia Ricardo Marques*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 151-157.
- 91 – “As Cerâmicas Decoradas Pré-Campaniformes do Povoado Pré-Histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica” (2006) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14: 9-276.
- 92 – “The Chalcolithic of the Baixa Estremadura. Contributions for an essay, in reference to Leceia (Oeiras)” (2006) – *Livro-Guia da Excursão. Lisboa, XV Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, Setembro de 2006*.
- 93 – “Ivory Objects from the Chalcolithic Fortification of Leceia (Oeiras)” (2007) – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15: 95-118. Em col. com Th. X. Schuhmacher.
- 94 – “The Chalcolithic Fortified Site of Leceia (Oeiras, Portugal)” (2008) – *Verdolay. Revista do Museu Arqueológico de Múrcia*. 11: 49-66.
- 95 – “The Origin and Use of Copper at the Chalcolithic Fortification of Leceia, Portugal” (2008) – *Madridrer Mitteilungen*. Wiesbaden. 49: 64-93. Em col. com Roland Müller.
- 96 – “Sourcing African Ivory in Chalcolithic Portugal” (2009) – *Antiquity*. 83: 983-997. De col. com T. X. Schuhmacher e A. Banerjee.
- 97 – “Leceia: a evolução do sistema defensivo” (no prelo) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal 3500 a 2000 a.n.e. Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Actas. Cascais: C. M. de Cascais.